



Política de população em Moçambique: porquê e para quê?

Carlos Arnaldo
Rogers Hansine

Maputo, 20 de Setembro de 2017
carnaldo@cepsamoz.org



Estrutura da apresentação

1. Introdução
2. Contexto do surgimento de políticas de população
3. Políticas de população em África
4. Que política de população para Moçambique?
5. Conclusão



Introdução

- Ao longo da história a dinâmica populacional tem sido objecto de intervenções políticas directas ou indirectas, pela influência que tem no processo de desenvolvimento;
- O desenvolvimento económico nos países hoje desenvolvidos foi acompanhado por uma gradual e consistente redução, primeiro da mortalidade e posteriormente da natalidade;
- Nos países em desenvolvimento, observa-se uma redução generalizada da mortalidade e a manutenção de altas taxas de natalidade o que vem acelerando o crescimento populacional.
- Neste âmbito, com recurso a revisão de literatura, questionámo-nos sobre a necessidade e a natureza duma política de população para Moçambique tendo em conta o contexto demográfico do país e os seus desafios sócio-económicos.



Políticas de população

- Política de população (PP): conjunto de acções em forma de política nacional ou programa(s) específicos que são aprovados pelos Estados para influenciar directa ou indirectamente as variáveis demográficas (Natalidade, Mortalidade e Migração);
- PP coloca questões de legitimidade dos Estados em regular aspectos da vida privada das pessoas. No entanto, o comportamento individual pode ter influência no bem-estar comum;
- As PP remontam desde a antiguidade e inserem-se no âmbito da relação população e desenvolvimento.



Políticas de população (2)

- As PP ganharam maior notoriedade no séc. 18 com as ideias de Malthus quando alertou sobre as consequências do crescimento acelerado da população sobre o bem-estar individual e colectivo;
- A revolução industrial e melhoria geral das condições de vida nos países desenvolvidos contribuíram para redução da mortalidade (primeiro) e mais tarde a fecundidade.
- Nos países menos desenvolvidos as questões populacionais começam a ganhar notoriedade na segunda metade do séc. 20, com a redução da mortalidade e manutenção de níveis de fecundidade e consequente aumento da taxa de crescimento. A relação entre população e desenvolvimento passa a ser o maior foco das conferências de população.



Principais conferências internacionais sobre População

Ano	Cidade	Assunto (s) discutido(s)
1927	Genebra	Superpovoamento
1954	Roma	Partilha de informações sobre as variáveis demográficas
1965	Belgrado	Relação entre população e desenvolvimento
1974	Bucareste	Relação entre população e desenvolvimento
1984	México	Relação entre população e desenvolvimento e PPs
1994	Cairo	Relação entre população e desenvolvimento e PP a luz dos direitos (humanos) sexuais e reprodutivos



Políticas de população em África

- A partir da década 60 e sobretudo nas décadas de 80 e 90 vários países africanos adoptaram políticas de população. Estas PP foram adoptadas devido as seguintes razões:
 - Pressão normativa das agências governamentais e não governamentais internacionais, baseada na crença de que o rápido crescimento da população tinha implicações negativas para o desenvolvimento;
 - Pressão coerciva das organizações internacionais doadoras, condicionando implicitamente o acesso a fundos á adopção de uma PP;
 - Percepção gradual dos Estados Africanos sobre a necessidade de reduzir o crescimento populacional para impulsionar o desenvolvimento económico.



Políticas de população em África (2)

- No entanto, grande parte dos países adoptaram PP como resultado das pressões internacionais e para alcançar metas simbólicas, o que justifica que grande partes dessas políticas não tenham sido implementadas.
- Os países africanos:
 - Não concordavam com o discurso da pertinência da redução do crescimento populacional;
 - Tinham fraco conhecimento sobre os métodos contraceptivos modernos e sobre o planeamento familiar como factores importantes na gestão do crescimento populacional ou;
 - Se opunham a aceitar a necessidade de limitar o número de filhos que uma pessoa pode ter.



Que política de população para Moçambique?

- Nos últimos anos, o país tem experimentado um declínio da mortalidade enquanto a fecundidade permanece elevada, cerca de 6 filhos por mulher;
- Até 1999, embora sem uma PP Moçambique tinha aprovado e implementado políticas e programas com potencial impacto no comportamento demográfico, sobretudo na área da saúde, educação e distribuição espacial da população;
- Moçambique tem a sua única PP aprovada em 1999, Resolução 5/99 de 13 de Abril, do conselho de Ministros;



Que política de população para Moçambique? (2)

- A PP de 1999 nunca foi implementada. Possivelmente, por ter sido adoptada, sobretudo por pressão ou influência das organizações internacionais e não necessariamente de uma vontade genuína de influenciar as variáveis demográficas, sobretudo a fecundidade;
- A PP identificou 11 preocupações relacionadas com Natalidade, Mortalidade e Migração, mas as estratégias de influenciá-las cobrem a Mortalidade e migração, sobretudo a rural-urbana;
- Pela sua natureza delicada em termos culturais, religiosos, éticos e políticos a fecundidade foi tratada de forma neutra e implícita nas estratégias, referindo-se apenas que o Estado compromete-se a respeitar os direitos sexuais e reprodutivos dos indivíduos;



Que política de população para Moçambique? (3)

- A adoção da PP foi fundamental no reconhecimento da necessidade de se aprofundar o entendimento sobre a dinâmica demográfica e sua influência no desenvolvimento.
- Este facto, que é fundamental, pode ser pouco se na estratégia nacional de desenvolvimento, a PP não é referida.
- Embora se reconheça a estrutura jovem da população como um dos maiores desafio para o desenvolvimento em Moçambique, as estratégias que alterariam a estrutura da população permanecem de alguma forma encobertas e ignoradas.



Conclusão: o que é preciso?

- O reconhecimento da dinâmica demográfica como factor importante no desenvolvimento do país deve ser acompanhado por vontade expressa e ações concretas de aceleração da transição demográfica;
- Tendo em conta que a estrutura jovem da população que é reconhecida como um desafio para desenvolvimento é determinado pelo nível elevado de fecundidade, a redução da fecundidade deve ser assumida como um objetivo desejável da PP e estratégias para o efeito devem ser desenhadas;
- Uma das opções pode ser a revisão da actual política de população, tornando-a simples e com metas concretas, e definir claramente o seu posicionamento na estrutura dos instrumentos de planificação estratégicas do país;
- A outra opção, passa por intervir nos factores determinantes através do fortalecimento do planeamento familiar e outras áreas como educação, em especial a das raparigas.



OBRIGADO!

carnaldo@cepsamoz.org